



----- **Mandato 2017/2021** -----

----- **Conferência de Representantes dos Grupos Municipais** -----

----- **Ata Número Trinta e Dois** -----

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e dezanove reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento deste órgão para o mandato dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa em exercício, Rui Paulo Figueiredo, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

----- Às dezasseis horas, o Presidente em exercício deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1. Preparação da reunião plenária de 26.03.2019 (doc 1);-----
- 2. Lista de matérias e assuntos pendentes (doc. 2) -----
- 3. Atualização do Calendário (doc 3);-----
- 4. P 525/CM/2018 – Aprovar o projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE) – Propostas de orçamento para estudo de valor de mercado dos imóveis. -----
- 5. Proposta do GM PSD – Debate Temático sobre o combate à pobreza e a estratégia de redução da população sem-abrigo (doc. 4)-----
- 6. Relatório de ativação de alarme de incêndio no Fórum Lisboa (doc.5)-----
- 7. Outros assuntos.-----

Ponto 1 – Preparação da reunião plenária de 26.03.2019 (doc 1);-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** deu início à reunião, referindo que, para a reunião plenária que se iria realizar no dia seguinte, e no que respeitava ao período de intervenção do público, tinham seis inscritos.-----

----- Em relação ao ponto três da ordem de trabalhos, referiu que tinham uma proposta do BE para a discussão conjunta relativa ao processo de descentralização. Portanto, tinham a proposta da Câmara, uma proposta do PCP, uma do PEV, e outra do BE. -----

----- Para a matéria das Declarações Políticas, referiu que tinham dois votos, três moções e sete recomendações.-----

----- Perguntou se havia dívidas em relação à reunião plenária.-----

----- Continuou, informando os presentes que tinha recebido a nota do Deputado Municipal Sobreda Antunes, tendo-lhe respondido que não tinha nada contra mas que iria colocar o assunto ali na Conferência.-----

----- Na matéria das repartições de encargos que costumavam agrupar, disse que o Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes lhe tinha manifestado a intenção de querer falar na proposta relativa ao fornecimento de refeições a jardins-de-infância e escolas básicas e não na outra, e que achava que seria melhor a discussão ser feita em separado. -----

----- Perguntou se tinham alguma objeção que a discussão fosse em separado?-----



----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** referiu que julgava que a questão que tinha sido levantada tinha a ver com os tempos, porque a apreciação conjunta previa a grelha-base, portanto, teriam três minutos para fazer aquela apreciação. Mas a apreciação da Proposta nº 141/2019, tinha indicada os três minutos, pelo que a dúvida era aquela, se uma apreciação conjunta era três minutos para cada proposta, ou se os três minutos seriam para apreciação das duas?-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** respondeu que os três minutos eram para a apreciação das duas propostas, sendo que o que estava indicado na proposta nº 140/2019 era um erro. Mas a propósito daquilo, disse que o Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes lhe tinha perguntado se poderiam ter os três minutos para cada proposta, sendo que seriam discutidas em separado. -----

----- Achava que, na prática, acabariam por não utilizar o tempo total. -----

----- Portanto, fariam a discussão em separado, com a grelha-base para cada uma das duas propostas. -----

Ponto 2. Lista de matérias e assuntos pendentes (doc. 2) -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** continuou, dizendo que tinham, em matéria de relatórios, o relatório do turismo pendente, sendo que a Deputada Municipal Maria Luísa Aldim confirmou que durante aquela semana iria conseguir fechar o tema.-----

----- O Senhor Deputado António Prôa da 8ª Comissão Permanente, relativamente ao relatório da Segurança Sísmica, Debate Temático, tinha pedido prazo até ao fim de março, e que em abril estaria de certeza feito. Mas o referido relatório não estava agendado em comissão.-----

----- Depois, em matéria de petições, já tinham algumas com relatórios feitos mas não, ainda, aprovados na comissão. -----

----- Já tinham sido alertados, nomeadamente, o Deputado Miguel Gama, na 3ª Comissão Permanente, e o Deputado António Prôa, na 8ª Comissão Permanente, uma vez que se tratava da maior fatia no que respeitava a relatórios. Aproveitava para chatear o Deputado Diogo Moura que tinha uma grande influência sobre o Deputado Miguel, na 3ª Comissão, era quase uma presidência conjunta. Na 8ª Comissão a secretária era a Deputada Municipal Alexandra que não tinha assim tanta influência sobre o Deputado António Prôa, no sentido de conseguirem despachar aquilo. -----

----- Em relação às petições, tinham um número significativo pendentes, e já muito antigas.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que pretendia somente dar uma explicação em relação às petições que estavam pendentes de relatório da 3ª Comissão.-----

----- Assim, a Petição nº 15/2018, de Entrecampos, estava direcionada para o Deputado Miguel Gama que era Deputado Relator, para que elaborasse o relatório uma vez que já tinham recebido respostas da Câmara, há cerca de um mês. -----



----- Em relação á Petição nº 22/2018, em Defesa do Miradouro da Senhora do Monte, aguardavam informação por parte da Câmara Municipal e audiência. Era a única coisa em falta para poderem fechar o relatório.-----

----- Em relação às Petições números 30 e 34 de 2018, que eram relativas ao Miradouro de Santa Catarina e ao Miradouro do Adamastor, tinham pedido, insistentemente, a audiência da Câmara antes que houvesse uma proposta em Câmara sobre aquela matéria. A Câmara Municipal não tinha dado qualquer resposta. Disse que iria enviar o projeto. A Senhora Presidente da Junta já lhes tinham dado o acesso àquele projeto e deu o parecer da Junta, faltava mesmo, era ouvir a Câmara para poderem fechar o relatório, sendo que a Câmara já tinha decidido. Ou seja, aquele era um dos problemas que tinham nas comissões quando não tinham respostas por parte da Câmara, eram obrigados a emitir mais recomendações quando já havia uma decisão por parte da mesma. -----

----- Depois, em relação à Petição nº 31/2018, estava em falta a audiência da Câmara para poderem prosseguir. -----

----- E em relação à Petição nº 1/2019 iriam agendar a audiência do Senhor Presidente da Junta, sendo que a Câmara já tinha dito que não se iria pronunciar sobre aquele processo pois o mesmo estava a transitar em tribunal. -----

----- Ao nível da 3ª Comissão tinha, entretanto, entrado a Petição nº 3/2019, sobre a qual já tinham solicitado ao NAC que procedesse à audiência e ao contacto com os peticionários para que pudessem agendar a respetiva audiência. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** referiu que solicitava os bons ofícios do Deputado José Leitão, o Deputado Municipal Luís Newton não estava presente, no sentido de tentarem aprovar relatórios. -----

----- Tinham duas propostas na 1ª Comissão com prazo de apreciação até dia 5 de abril, e tinham outra até dia 15 de abril.-----

Ponto 3. Atualização do Calendário (doc 3); -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que tinham ali no calendário para dia 2 de abril, uma sessão extraordinária. Depois, dia 9 e 16 de abril, para a sessão ordinária. E, depois, tinham o dia 23 de abril em que era suposto não haver sessão. -----

----- Informou que o que lhe tinha sido dito pelo Gabinete do Senhor Presidente, via Pedro Tito, e a propósito do que estava a referir a Dr.^a Paula Levy, era que não podiam disponibilizar a Informação Escrita a tempo de a mesma ser discutida no dia 9 de abril. Pelo que estavam a colocar a hipótese de ser discutida no dia 16 de abril. -----

----- O que estavam a informar do Gabinete do Presidente era que, o próprio, a 16 de abril não estava disponível, mas que tinha disponibilidade no dia 23, ou dia 30 de abril. ----

----- A propósito daquele assunto, disse que tinha uma outra questão para colocar, e partindo do pressuposto de que o dia 23 estaria muito perto da Páscoa e do feriado do 25 de Abril, tinham decidido, anteriormente, que aquele dia, por aquelas razões, ficaria sem qualquer agendamento, sendo que perguntava quando é que assinalariam as matérias relacionadas com o 25 de Abril e o 1 de Maio? Provavelmente, no próprio dia 30 de abril.



Disse que o Pedro Tito estava a sugerir que poderia ser usada a figura do Debate Específico para assinalar aquelas duas datas.-----

----- Então, pediu que fosse informado o Gabinete do Presidente, de que ficava combinado a Informação Escrita e as contas para dia 30 de abril.-----

----- Por outro lado, disse que a ideia era despacharem aqueles relatórios que tinham pendentes, as petições e as propostas que iam sendo despachadas, para ver se conseguiam concluir aqueles assuntos.-----

----- Em síntese, no dia 23 de abril não se realizaria sessão.-----

----- No dia 30 de abril, iriam tentar ter a Informação Escrita e as contas.-----

----- No dia 16 de abril teriam o 25 de Abril e o 1º de Maio.-----

----- Nos dias 2, 9 e 16 de abril, iriam tentar encaixar tudo o que tivessem de propostas, relatórios, petições. Se em algumas daquelas datas vissem que não haveria matéria suficiente, a sessão não se realizaria, nomeadamente, no dia 2 de abril. Fariam sessão, naquele caso, somente, nos dias 9 e 16 de abril. Era uma questão de irem avaliando a situação.-----

----- Quanto ao PAOD o mesmo seria feito no dia 9 de abril.-----

Ponto 4. P 525/CM/2018 – Aprovar o projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE) – Propostas de orçamento para estudo de valor de mercado dos imóveis.-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** continuou dizendo que tinha pedido para colocarem a referida documentação nos *dossiers* de todos os presentes.-----

----- Há uns meses atrás quando aquele assunto deu entrada, a Conferência, por proposta da Senhora Presidente Helena Roseta, tinha colocado a questão de ser realizado um estudo sobre a avaliação das diferentes parcelas, ou dos diferentes imóveis, que estavam em apreciação.-----

----- Entretanto, o assunto não tinha tido andamento, e numa daquelas reuniões mais recentes, o próprio tinha voltado a colocar a questão e tinha havido, novamente, concordância quanto à procura em obter informação suplementar, e a Presidente Helena Roseta tinha, em tempo, identificado duas empresas que podiam fazer aquele estudo, embora sem o ter desencadeado.-----

----- Na sequência em terem aceitado em avançar com aquele assunto, referiu o Senhor Presidente em exercício, que foram solicitadas propostas e que as mesmas estavam nas respetivas pastas, para consulta. As duas entidades que a Senhora Presidente Helena Roseta tinha identificado, cada uma apresentou uma proposta de preço e de prazo, uma substancialmente mais barata, outra substancialmente mais cara e, em termos de prazo, foram indicados dois meses.-----

----- Também já tinham ali conversado sobre a disponibilidade financeira para se poder fazer quanto à proposta mais barata. Depois, teria que se fazer algum acerto em termos de rubricas orçamentais, mas era um assunto que teria que ser tratado com o Senhor Vereador.-----



----- Referiu que o que queria perguntar sobre aquele assunto era se iriam tratar de encomendar aquele estudo, previamente à deliberação? Ou se iriam desistir daquele estudo face às propostas em concreto, agendando, assim, a respetiva proposta?-----

----- Salientou que havia um outro dado sobre aquela matéria que gostaria de deixar, porque era uma reflexão que já vinha detrás e, depois das consequências, já tinha perguntado à Dr.^a Alexandra Lino pois também não conhecia e, na altura quando tinha conversado com a Senhora Presidente Helena Roseta a mesma também não tinha qualquer fundamento legal na persecução da matéria. -----

----- Também tinha questionado o Senhor Vereador Manuel Salgado, mas que tinha pedido, em simultâneo, á Dr.^a Alexandra Lino para que, dentro dos juristas da Câmara habituados àquelas matérias, saber se existia algo que lhes tivesse a escapar, ou não. -----

----- O ponto da situação era que a Conferência de Representantes e a Presidente Helena Roseta tinham levantado aquele assunto. E, já que tinham ali as propostas, iriam encomendar o estudo, mas depois seria o passo seguinte. E o passo seguinte, e a sua dúvida era se existia algum normativo legal que obrigasse a que existisse alguma compensação que fosse passiva ao nível da implementação na sequência dos resultados do estudo que, possivelmente, poderiam encomendar? Até à data todos lhe tinham dito que não. Ninguém identificou nenhum tipo de consequências que pudessem, depois, retirar daquele estudo. Mas que não era impeditivo, mais não fosse por motivos políticos, de fazerem aquele estudo e obterem, daquela forma, os dados se a Conferência de Representantes assim o entendesse. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** disse que não via vantagem em que o estudo fosse encomendado, nem via, exatamente, fundamentação legal para o mesmo. E se o entendimento fosse outro, pedia o adiamento do ponto pois gostaria de analisar as empresas que ali tinham sido sugeridas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que tinham duas propostas, uma de quinze mil euros, e outra de quarenta e nove mil euros, e a sua reflexão era que talvez fosse melhor, face às dúvidas e às questões que tinham sido levantadas, interrogar a Câmara sobre aquela matéria para que a mesma pudesse esclarecer, no âmbito da sua responsabilidade, o que é que de facto, aquela proposta incluía, e que pudesse esclarecer sobre aquela matéria. -----

----- Clarificou que só perante uma dúvida muito forte, é que avançariam para uma situação diferente. -----

----- De qualquer maneira, não lhe parecia muito correto que aquela Assembleia tomasse tal iniciativa sem esclarecer efetivamente, aquele assunto com a Câmara. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** referiu que teve que ir visitar o assunto pois já não se lembrava do mesmo. A proposta tinha entrado quando se preparavam para encerrar os trabalhos, em finais de julho, agosto. -----

----- Informou que a Câmara já tinha esclarecido a Assembleia de tudo o que entendeu esclarecer, ou seja, das perguntas que a Senhora Presidente Helena Roseta tinha colocado, e depois na sequência da conversa tida na Conferência de Representantes, tudo o que



tinha a ver com as matérias em que a Câmara podia responder, a Câmara fê-lo, ou seja, falou dos rácios de estacionamento, e frisou que poderia novamente distribuir por todos aquela documentação. A Câmara tinha dado respostas detalhadas sobre os rácios de equipamentos sociais, de estacionamento, e informações sobre a proposta e que era tudo o que tinham perguntado. A Câmara só não tinha respondido sobre aquela matéria quanto é que era a possível valorização daquelas matérias porque não tinham aquele dado, e tinha sido naquela altura que a Senhora Presidente Helena Roseta colocou a questão de eventualmente, encomendar um estudo. -----

----- Sobre a questão que há pouco tinha colocado, sobre fazerem o estudo e se havia algum normativo legal para obrigar a que as entidades privadas pudessem dar compensações, ninguém identificou tal situação. O Vereador, da última vez, tinha-lhe perguntado sobre aquele assunto, porque dizia que os seus juristas não viam isso, e que se lhe pudessem dizer. Pelo que, na semana anterior, avisou o Senhor Vereador de que iria falar com a Dr.^a Alexandra e que iriam olhar para o assunto. -----

----- Portanto, iria enviar novamente a informação e poderiam na próxima reunião visitar o assunto, sem prejuízo das intervenções, mas que tinham chegado a um ponto que da parte da Câmara não iriam ter mais resposta nenhuma, a não ser que fizessem novas perguntas. Todas as perguntas que tinham colocado à Câmara, a mesma respondeu a todas elas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que não sabia os preços de mercado ao pormenor, mas parecia-lhe que tinham ali duas propostas muito díspares em relação aos valores apresentados. -----

----- Achava que era importante todos terem acesso àquela fundamentação jurídica, bem como a toda a informação no sentido de perceberem se caso fossem avante com aquela avaliação se teriam algum resultado prático, ou não. Pois entendia que se não tivessem resultados práticos, estavam a despende um gasto desnecessário. -----

----- Depois, também, com base no conhecimento daquela informação, e apesar de não estar em efetividade de funções, como tinha sido ela a despoletar a situação.... -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** pediu desculpa por estar a interromper, mas gostaria de informar que toda a documentação sobre o assunto estava disponível no *site* da Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** continuou dizendo que a sua questão era mesmo aquilo que o Senhor Presidente em exercício tinha dito, ou seja, avançando com o relatório se teria algum impacto sobre a proposta, ou se havia a questão das compensações, ou não. Era importante que, juridicamente, tivessem aquela informação para poderem decidir de forma mais consciente. -----

----- Depois também, gostaria de saber, embora não estivesse em efetividade de funções, tendo sido a Arquitecta Helena Roseta com o respeito que tinha para com os seus conhecimentos técnicos e específicos naquela área, perceber perante tal situação qual era a sua opinião, se deveriam manter, ou se deveriam avançar com aquele relatório. -----



----- Referiu que, obviamente, se avançassem com a situação a mesma iria abrir um precedente que poderia ser levantado por qualquer partido no futuro, pedir uma avaliação noutras propostas, mas que seria uma decisão que era tomada em votação, de forma democrática, pelo que tinham de ter atenção naquele ponto. -----

----- Mas achava que, acima de tudo, em primeiro lugar, ter aquela informação jurídica sobre o impacto da alteração que poderia haver, ou não, por um lado, política se a Câmara tinha abertura para mudar a proposta e se aquilo era possível. E depois, se o resultado do relatório poderia em termos jurídicos fazer alguma alteração. E, também, aferir e aclarar aquela questão das compensações. -----

----- E, por último, depois de avaliar aqueles dados, saber qual era a opinião da Senhora Presidente, embora a mesma não estivesse em efetividade de funções, já que tinha sido a própria a levantar uma série de questões fundadas. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** referiu que não iria repetir as propostas que já tinham sido feitas. -----

----- Efetivamente, parecia-lhe que, ainda assim, e apesar de todas as respostas que tinham sido dadas pela Câmara, que a questão da valorização e qual seria a valorização que os terrenos viessem a ter, tinha sido aquele o assunto que tinha levantado, ali, aquela discussão e a proposta da Senhora Presidente Helena Roseta de a Assembleia Municipal poder solicitar o estudo e, quanto àquilo continuava a não haver resposta. -----

----- A Câmara tinha dito que não tinha capacidade para dar aquela informação mas, a verdade era que a Câmara poderia solicitar um estudo tal como ali tinha sido solicitado àquelas duas empresas e que, eventualmente, poderia ser uma solução sem prejuízo de que pudessem ver todo o processo e de tomarem uma outra decisão. -----

----- Achava igualmente, que seria importante perceberem junto da Presidente Helena Roseta qual seria a indicação. -----

----- Salientou que também era importante o envio aos grupos municipais de toda a informação jurídica que tinha sido coletada até à data, para que pudessem decidir melhor. -

----- Quanto aos valores que estavam em cima da mesa, também não tinha conhecimento sobre os valores que eram praticados, mas parecia-lhe que os mesmos eram muito díspares entre si, e não sabia qual seria a razão em concreto para que assim fosse. Mas eram valores demasiado diferentes para o mesmo trabalho. Se alguém tivesse mais informações sobre aquela questão, que a desse ali para esclarecimento de todos. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** referiu que era verdade que a Câmara Municipal tinha respondido às questões que lhe tinham sido colocadas, mas que poderiam de igual forma, saber se haveria mais alguma questão a colocar sobre aquela matéria à Câmara, já que aquilo que tinha fundamentado aquele pedido e aquelas dúvidas, mantinha-se. -----

----- Em relação à questão dos orçamentos, também não sabia quais eram os valores de mercado pelo que não se sentia confortável a pronunciar-se mas que a realidade era que se o resultado era o mesmo e o objeto da avaliação era o mesmo, não se percebia a razão de dois valores tão diferentes, pelo que era importante perceber a razão. -----



----- Para se decidir sobre avançar, ou não, e para que a Conferência de Representantes tomasse aquela decisão, efetivamente, era necessário perceber qual seria o resultado pratico daquele trabalho e daquela avaliação, que consequências e que efeitos, na prática, é que poderiam ter porque, depois, se não se fosse usado para grande coisa, acabaria por não ter grande utilidade. Era importante, perceber do ponto de vista práctico o que poderiam fazer com aquela informação.-----

----- Concordou com o que tinha dito o Deputado Diogo Moura, que apesar da Senhora Presidente Helena Roseta não estar em efetividade de funções, não se perdia nada em tentar perceber qual seria a sua opinião em relação àquela matéria, uma vez que tinha sido uma iniciativa da mesma.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Hall de Beuvink (PPM)** referiu que achava que não tinham dados suficientes para deliberar sobre aquela questão, pelo que gostaria de saber o que é que a Senhora Presidente Helena Roseta tinha a dizer sobre aquela matéria já que tinha sido a mesma a iniciar aquele processo.-----

----- De facto, não tinham dados totais para que pudessem, ali, decidir.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** referiu que achava que tudo já tinha sido dito.-----

----- Em primeiro lugar, era necessário perceber se aquele procedimento seria útil, ou não, no sentido em que se os resultados iriam servir para alguma coisa. Era importante perceber se estavam ali a gastar erário público para algo que, na prática, não teria utilidade. Ainda mais, quando aquilo que tinham, ali, em cima da mesa eram, de facto, duas propostas completamente divergentes, em termos de valores.-----

----- Afirmou que desconhecia totalmente a matéria em facto, se a de quarente e nove mil e quinhentos seria a mais adequada, ou a de quinze mil, mas que perante tal cenário e desconhecendo tudo aquilo, não conseguiam tomar uma decisão.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** referiu que parecia-lhe importante ouvir, não só a Senhora Presidente Helena Roseta como também, de alguma forma, perceber se de facto só tinham sido solicitadas aquelas duas propostas, se existia algum caderno de encargos tal como tinha sido referido pelo Senhor Deputado Diogo Moura, afeto àquelas duas propostas. Só analisando melhor aquelas duas propostas é que poderiam perceber qual a diferença entre cada uma delas mas, acima de tudo, ter mais elementos para poderem fechar a apreciação daquela proposta na Conferência de Representantes.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que a questão que parecia particularmente relevante, em primeira estância, era a questão relacionada, obviamente, com a disparidade de valores. Não lhe passava pela cabeça não ter havido um caderno de encargos que tenha dado origem à proposta. Achava que era uma situação que não se colocava. No entanto, poderia ser útil, até para uma melhor análise, ter acesso àquela informação para poder compreender como é que tinha dado origem a duas propostas tão diferentes.-----



----- Já a questão da Senhora Presidente, compreendia. No entanto, tinha que dar nota que, perante tal cenário, se prendesse a análise da proposta. Se tivesse uma data em concreto sobre o regresso da Senhora Presidente, era uma coisa, mas tendo em conta que estavam a falar de uma alteração simplificada ao PUALZE e, sobretudo, do ponto de vista, certamente, da urgência que existia até na estruturação urbanística, teria, obviamente, muito interesse em ouvir a Senhora Presidente daquela Assembleia Municipal sobre a matéria em apreço. Mas tendo em conta que não tinham uma data previsível próxima do seu regresso, a verdade era que aqueles assuntos não poderiam ser colocados por telefone. Disse que deveria ser feita uma informação escrita para que pudessem juntar ao processo para reflexão, já que entendiam como relevante o contributo da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, sendo que tal contributo não poderia ser informal, teria que ser formal. Portanto, se era relevante teria de ser formalizado. Se era informal, então qualquer um poderia pegar no telefone para falar sobre o assunto. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que na perspectiva que ali já tinha sido colocada, e que era importante, de ser aberto um precedente, achava que aquele assunto deveria ser tratado com a profundidade necessária.

----- Assim, sugeriu que a Senhora Presidente da Assembleia fosse ouvida. -----

----- E que se houvesse necessidade, se fosse o entendimento de todos, deveriam solicitar mais elementos à Câmara. -----

----- Cada força política, cada deputado, iria analisar o processo e, com certeza, dali a oito dias, dali a quinze dias, estariam em melhores condições de resolver. -----

----- Afirmou que tinha as maiores reservas em relação àquele processo e à abertura daquele precedente, pelo que entendia ser necessário aprofundar a matéria e resolvê-la em conformidade. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** referiu que uma vez que aquela Conferência tinha entendido ser relevante aquela avaliação, parecia-lhe, sem prejuízo da audição da Senhora Presidente, haver uma questão de fundo que estava em cima da mesa e que era existir, ou não, uma reavaliação daqueles imóveis, até pela sua localização, pela importância de todo aquele processo, os próprios serviços que ali eram prosseguidos. -----

----- Portanto, teria que haver uma avaliação mais profunda de cada uma das forças políticas sobre cada um dos documentos que tinham sido distribuídos mas, sem prejuízo daquilo, era necessário perceber se tinha havido mais alguma entidade que tivesse apresentado mais algum orçamento. Deveria tentar-se encontrar um valor mais razoável dentro daquilo que seriam as diferentes propostas, sem prejudicar o processo em curso. ---

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** disse que havia informações que os grupos municipais necessitavam, pelo menos o PS precisava, nomeadamente, no que se referia ao caderno de encargos se, o mesmo, exista, ou não. -----

----- Existiam esclarecimentos por parte da Câmara que podiam ser considerados insuficientes, ou não. E podia haver, ainda, a formulação de novas questões. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara poderia ser ouvido, bem como, o Vereador que fosse indicado para o mesmo efeito, pois pensava que aquela questão deveria ser



devidamente ponderada. Ou seja, aquela Assembleia, aquela Conferência, não tinham tomado, ainda, nenhuma decisão definitiva sobre aquela matéria. Tinham de ponderar todos aqueles elementos. Era uma questão que não deveria ser tomada de ânimo leve, devendo ser partilhada toda a informação disponível e, dentro de quinze dias, deveriam voltar a analisar o assunto. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)** referiu que gostaria de se associar aos outros colegas no sentido de que aquele processo deveria ser desenvolvido e aprofundado com novos elementos, pelo que não era naquele dia a altura apropriada para tomarem uma decisão final.-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** referiu que sem quebrar a necessária confidencialidade de conversas que eram privadas e assim se deveriam manter, privadas, e quando tinham que ter algum domínio institucional, o mesmo seria dado. -----

----- Informou que aquela proposta tinha dado entrada no final de julho, portanto já estava na Assembleia Municipal de Lisboa há muitos meses, e tinha voltado a ser referida porque, entretanto, já tinham tido diversas diligências e contactos e tinha tido oportunidade de ter reuniões das pessoas que tinham investido naquelas matérias e começava a tornar-se um pouco penoso a proposta estar ali meses e meses parada, sem ter andamento e sem ter qualquer tipo de análise. -----

----- Tinha sido a Conferência de Representantes, sob proposta da Senhora Presidente, segundo as atas que já tinha lido, a considerar que seria adequado fazer aquele tipo de avaliação.-----

----- Quando há três semanas, três ou quatro semanas, tinham olhado para o processo porque estavam a receber variadíssimas cartas e tinha recebido algumas pessoas sobre aquela matéria, aquele assunto não tinha tido qualquer tipo de andamento. Naquela altura, tinham tido a oportunidade com a Senhora Presidente Helena Roseta, e o ponto de situação era que a Senhora Presidente tinha aquelas duas entidades que lhe tinham sido recomendadas para, eventualmente, fazer o trabalho, mas não tinham sido feitas nenhuma pergunta por alguma dificuldade na formulação da pergunta adequada, ou seja, passar da parte do debate que tinha sido realizado sobre aquela matéria, para algo que se traduzisse do ponto de vista prático. -----

----- E para responder à segunda pergunta, sobre se depois teria alguma tradução jurídica, até à data, todos diziam que não tinha tradução nenhuma. Ou seja, poderiam fazer o estudo sendo que seria mais um elemento para reflexão política de todos os Senhores Deputados. Se tivessem contributos a acrescer àquela reflexão, os mesmos eram bem-vindos. Até à data, todas as opiniões eram no sentido de que não havia nada na legislação que permitisse introduzir qualquer tipo de compensação obrigatória naquela matéria e naquela proposta. E que mesmo que houvesse tal disponibilidade, quer dos grupos municipais, quer da Câmara para fazer aquilo, depois poderia ter problemas legais por não ser uma proposta conforme à legislação. -----

----- Aquilo ali, ainda, não era uma consulta nem um procedimento formal. Aquilo era a resposta à pergunta que tinha colocado aos presentes numa das outras reuniões em que,



naturalmente, se a Conferência de Representantes quisesse prosseguir com aquele assunto teriam que tratar com o DAOSM sobre a formalização da consulta nos termos do CCP. E aquilo tinha sido a resposta à pergunta que tinha feito conjuntamente com o Pedro Tito à Senhora Presidente Helena Roseta, sendo que a resposta tinha sido que se, conjuntamente com a Dr.^a Alexandra Lino, conseguissem formular uma pergunta, que a fizessem. E por terem conseguido formular uma pergunta razoável, tinham tido aquelas duas respostas, e à pergunta que tinha colocado se a Conferência de Representantes achava pertinente, na altura, fazer aquela diligência. E por isso a tinham feito.-----

----- Estavam, então, no ponto que consideravam pertinente que pudessem dar seguimento ao processo e então, sim, fariam formalmente, e até poderiam ser sugeridas mais empresas para juntar àquelas que ali tinham, a consulta no âmbito do CCP, embora aquela proposta mais barata pudesse ser feita. Quem tinha recomendado à Senhora Presidente Helena Roseta aquelas entidades tinha sido pessoas que, tal como a Senhora Presidente, tinham considerado que aquelas eram boas entidades. -----

----- Do ponto de vista prático, pensava que não seria necessário dar mais informação porque tal como tinha dito o Pedro Tito, a mesma estava totalmente acessível e disponível. -----

----- A Dr.^a Alexandra Lino iria fazer um memorado, até à data, com a análise jurídica que as diferentes entidades, eram unânimes, tinham feitas, e o que tinham combinado era que a Dr.^a Alexandra iria tentar ver se havia alguma opinião diferenciada porque, até à data, não era necessário grandes pareceres. Todos diziam que não havia nenhuma possibilidade jurídica de ter outra consequência para além da discussão política. E, naturalmente, levaria ao conhecimento da Senhora Presidente Helena Roseta que, pela primeira vez, se tinha registado ali na Conferência, algumas dúvidas sobre a necessidade, ou até o precedente que se poderia criar ao fazer-se aquele tipo de estudo. -----

----- Referiu depois, como Deputado Municipal, e a título individual, que estava de acordo com o que tinha dito o Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro. Não concordava em nada com aquilo. Estavam a gastar dinheiro em algo que não se iria traduzir em resultado nenhum, a não ser em se tratar de mais um elemento de formulação política, e achava que era um precedente que depois, tal como tinha dito, igualmente, o Deputado Diogo Moura e o Deputado Modesto Navarro, levaria a uma situação de indefinição. E, depois, porque é que negariam a pretensão de algum partido, ou de algum grupo de deputados que quisessem fazer exatamente a mesma coisa. -----

----- Disse que procurava, apenas e só, dar sequência ao ponto em que a matéria estava. Achava era que não poderiam eternizar aquele assunto. -----

----- Tinha tido o período em que a proposta tinha entrado. Tinha-se colocado o verão e a proposta tinha ficado parada. Nem as diferentes forças políticas, ou os deputados que exerciam o seu mandato como independentes, nem a Câmara Municipal, nem os diferentes envolvidos em cada um daqueles processos tinha sinalizado urgência, ou grande pressão. A Câmara não tinha feito nenhuma referência no último mês e meio, até porque começaram a achar que não iriam conseguir despachar até junho, e depois colocar-se-ia



outro período de verão, começaram a querer saber o que é que iria acontecer à proposta, se era chumbada, se era devolvida à Câmara, se era deliberada, ou seja, porque ali o que de facto, tirando as perguntas e as respostas, estavam há oito meses em que não tinham dado qualquer tipo de tratamento. E como todos viam, felizmente, que na Assembleia era dada publicidade aos trabalhos que iam fazendo, havia um calendário previsível, ainda que, depois, derrape como tinha acontecido antes, com os relatórios e com as petições com as propostas, começavam todos a perguntar. E nas audiências que tinha tido a oportunidade de conceder sobre aquela matéria, todos perguntavam sobre aquilo, se iam, ou não, fazer alguma coisa. Aquela situação é que não podia permitir. -----

----- Pediu a todos os presentes que olhassem para a documentação, que meditassem sobre o assunto. Iria falar com a Senhora Presidente sobre as opiniões que ali foram tidas, sendo que a Dr.^a Alexandra Lino, até ao final daquela semana, iria enviar uma nota sintética mas que interpretassem no sentido de que só seria desenvolvida caso encontrasse um jurista na Câmara, habituado a tratar daqueles assuntos, que tivesse outro entendimento, porque todas as outras, e isso não precisavam de fazer nenhum parecer, todos diziam que não existia nenhum normativo legal que permitisse retirar qualquer tipo de consequência de cedência de contrapartidas baseadas naquele eventual estudo. -----

Ponto 5. Proposta do GM PSD – Debate Temático sobre o combate à pobreza e a estratégia de redução da população sem-abrigo (doc. 4) -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que na sequência da conversa que tinham tido numa das últimas Conferência de Representantes, e tendo em conta as sugestões feitas, julgava que o que era necessário a partir dali era encontrar espaço para terem aquela discussão no âmbito daquele que era o planeamento das sessões da Assembleia Municipal até ao final do ano. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** respondeu que antes daquilo tinham que delinear como é que seria o próprio debate temático. Tinham de ver o número de sessões, se haviam convidados, quem seriam esses convidados, se fixavam ali um prazo à semelhança do que tinham feito no último debate, em que todos davam sugestões, e que tinha sido o Pedro Tito a apresentar uma proposta. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que, e para concluir, deviam de seguir os moldes que eram seguidos para os debates temáticos. Abrir o espaço para que cada força política pudesse fazer sugestões, e na próxima Conferência de Representantes fechavam o modelo e datas. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** referiu que lhe parecia bem optarem pelo mesmo modelo que era utilizado, portanto, até à próxima Conferência de Representantes se fosse na próxima semana, até lá enviariam sugestões. -----

----- Era um assunto que já tinha sido referido por outros grupos municipais noutras Conferências de Representantes mas, de facto, ali, na alínea a), quando falava do próprio debate temático falava no combate à pobreza e estratégia de redução de população sem-abrigo. E, portanto, eram coisas significativamente diferentes, não eram exatamente a mesma coisa, apesar de se intercalarem em algum momento. -----



----- Portanto, ajudaria mais ao próprio debate e às conclusões que se tirariam do mesmo se fizessem, por exemplo, duas sessões que pudessem separar, por um lado, o combate à pobreza e, por outro lado, a estratégia de redução da população sem-abrigo. Parecia-lhe que faria mais sentido conceptualmente mas, também, politicamente. -----

----- Deixava o assunto à consideração do proponente, sendo que o mesmo já tinha sido proposto pela Senhora Deputada Inês Sousa Real, numa última Conferência de Representantes, sobre aquela mesma matéria. -----

----- Era aquela a sugestão do BE. Sem prejuízo de serem enviados nomes para os debates, em si. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que estava de acordo com as palavras da Senhora Deputada Isabel Pires. Achava que tinha ali dois temas que, ainda assim, eram distintos; a erradicação da pobreza, e outro referente à estratégia de redução da população sem-abrigo. Achava que aquele debate deveria ser feito em duas sessões, dividindo aqueles dois temas. -----

----- Aquela proposta tinha vindo de uma outra proposta apresentada em plenário, razão pela qual tinha três alíneas. Seria importante que quando avançassem para a realização daquele debate já tivessem aquele apanhado que era solicitado na alínea c), portanto, tinha o apanhado que estava previsto para o primeiro trimestre de 2019, o que já não era possível, mas tinham o estudo sobre aqueles dois temas. -----

----- Depois, tendo em conta a parte embora pequena mas negativa do que tinha sido os anteriores debates, achava que poderiam a partir daquele debate e dos próximos enquanto não fosse alterado o regimento, incluir um prazo de quarenta e cinco dias para a emissão do relatório final. Obviamente, poderia ser alterado e prorrogado por decisão e acordo da Conferência de Representantes. Mas achava que era importante sinalizar tal assunto porque tinham vários munícipes que perguntavam, nomeadamente, sobre o da segurança, que já ia para meio ano e, mesmo os próprios quando pretendiam que aqueles debates tivessem eficácia, achava que a eficácia não se extinguia no dia em que se realizava cada uma das sessões, mas também com aquela que era a discussão do relatório final. -----

----- No que respeitava à segurança, tinham tido uma discussão em outubro, e iriam eventualmente, discutir o relatório em abril, achava que daquela forma perdia toda a eficácia, a dinâmica e a discussão em conjunto dos temas. -----

----- E portanto, queria deixar ali aquelas propostas, e a sugestão ao PSD, se não poderiam solicitar à Câmara o envio daquele estudo sobre aqueles dois temas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que estava de acordo com a realização daquele debate em duas sessões; erradicação da pobreza e a caracterização da situação da cidade, e outros aspetos. E, depois, uma segunda parte com medidas, já apontadas, no sentido do problema maior dos sem-abrigo, etc.. -----

----- Estava de acordo também, com a questão de levar ali propostas para a próxima Conferência para, depois, decidirem em conjunto. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** disse que concordava com o que tinha sido dito. -----



----- Julgava que, de facto, seria importante que chegasse os dados de que a Câmara dispunha sobre a questão dos sem-abrigo, aliás, constava da deliberação da Assembleia. ---

----- Independentemente daquilo, pensava que estavam todos de acordo, havia uma questão mais geral sobre as questões da erradicação da pobreza e, não sendo a única questão grave, a situação dos sem-abrigo, era de facto, uma questão suficientemente grave para poder ser autonomizada e para, realmente, merecer um tratamento exaustivo e ser assumida como uma causa. -----

----- Naquela medida, o PS pensava que fazia todo o sentido fazer-se aquele debate nos termos ali apresentados, sendo que fariam propostas de pessoas, entidades que pudessem contribuir positivamente. -----

---- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)** referiu que no mesmo sentido das anteriores intervenções, pretendiam aderir à iniciativa de fazerem aquelas duas questões que se interligavam com profundidade. -----

----- Lembrou que no mandato anterior, com o Vereador João Afonso, tinham sido abertas iniciativas que no seu entender não eram suficientemente claro o desenvolvimento que estariam a ter no atual mandato, e tinham aquilo presente pelo que se comprometiam a levar elementos para aquela reflexão. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** felicitou o PSD pela apresentação daquela temática e pela relevância que assumia para a cidade. -----

----- A única questão e a única sugestão que tinham em relação ao tema era o facto de existirem dois temas que eram distintos, apesar de se cruzarem entre si. -----

----- Em relação à questão do tema para a redução da população sem-abrigo era uma questão de um mero pormenor, ou seja, falava de pessoas em situação de sem-abrigo e não em população, porque era apontado pelas associações que tentavam individualizar, evitando falar-se num conjunto para que não fosse perdido o cariz mais humanitário presente. -----

----- Sugeriu, também, que se pudesse não só para além dos temas, das entidades que propusessem para convidados, também indicar a informação que achariam pertinente para pedir à Câmara que enviasse previamente ao debate porque, desde logo, existia um plano municipal para a saúde no âmbito das pessoas em situação de sem-abrigo que nunca tinha sido dado a conhecer à Assembleia Municipal. Existia, também, um diagnóstico de saúde que tinha sido feito em 2016, em parceria com os Médicos do Mundo que, também, não tinha sido dado a conhecer à Assembleia Municipal, pelo que havia um conjunto de informação que teria a sua relevância se fosse dado conhecimento aos diferentes grupos municipais antes do debate, para que todos pudessem estar o mais possível dentro de alguma informação, porque se de algum modo só fosse trazida ao nosso conhecimento no decurso das sessões, poderia não ter o mesmo alcance que se pretendia com tais iniciativas. -----

----- No demais, o PAN estava de acordo com as questões e com a proposta ali apresentada. -----



----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que gostaria de clarificar que a questão da pobreza e a questão das pessoas em situação de sem-abrigo tinham como objetivo poder lançar para duas sessões. E tinha sido naquele sentido que tinham procurado apresentar. No entanto, reconhecendo que em determinadas circunstâncias de alinhamento do ponto de vista daquele que era o calendário das sessões poderem, eventualmente, estarem condicionados apenas a uma data, entendia que aqueles dois temas deveriam ser abordados porque, de facto, pelo potencial de correlação e, sobretudo, pela necessidade de compreender aquelas, e outras matérias, no âmbito do desenvolvimento social, tinham que ter uma abordagem integrada. -----

----- Depois, em segundo lugar, disse que já tinham aprovado uma recomendação na Assembleia Municipal, exatamente os documentos que a Câmara lhes devia ter feito chegar. Portanto, aquela alínea c) já tinha sido aprovada em Assembleia Municipal, pelo que iriam aguardar que a Câmara, até ao final do primeiro trimestre, conforme tinha resultado daquela proposta, pudesse fazer chegar à Assembleia Municipal todos aqueles elementos e, depois então, analisar o que estivesse em falta, ou não. -----

----- Referiu que gostaria de salientar que tendo em conta as declarações recentes, feitas no último debate, do Senhor Vereador Carlos Castro, tinham ali uma oportunidade muito interessante de poder ter a presença do Senhor Vereador Carlos Castro naquela sessão. O mesmo tinha falado num reforço da estratégia da Câmara Municipal que lhe parecia, particularmente, interessante, sobretudo, e não só no âmbito da visão, mas também, e até, em matérias de eficácia que era a oportunidade que surgia daquele que tinha sido o movimento tradicional para o alerta nos períodos de vagas de frio ser estendido ao oposto, ou seja, nos períodos de vagas de calor ser possível desenvolver o mesmo tipo de iniciativas que tinham. E julgava que a oportunidade de poderem desenvolver tais iniciativas nos próximos tempos residia, exatamente, naquele facto, em poder ouvir o Senhor Vereador e poderem, antes da primeira vaga de calor, terem acesso ao planeamento que a Câmara Municipal tinha, a visão do Senhor Vereador o qual já tinha dito que iria ali levar, sobre aquela estratégia e, com base naquilo, iriam poder antecipar uma dinâmica e um modelo de intervenção muito específica que a Câmara Municipal pretendia lançar, a qual julgava ser inédita, em Portugal. -----

---- Já tinham visto vários exemplos daqueles em diferentes partes do mundo, mas em Portugal era a primeira vez que podiam assistir àquilo, alargando o leque a períodos de preocupação para com as pessoas em situação de sem-abrigo. -----

----- Concluiu, dizendo que aguardava propostas das diferentes forças políticas no sentido de construir sobre o que já existia, melhorando a resposta à comunidade. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** propôs o seguinte: -----

----- Em primeiro lugar, iriam oficializar a Câmara a lembrar o conteúdo no que à informação respeitava da proposta de deliberação, e pedir a documentação. -----

----- Pediu, igualmente, aos presentes que até ao meio-dia da próxima sexta-feira enviassem sugestões naquele pressuposto, eventualmente, uma sessão para cada um dos



temas. Que fizessem chegar sugestões de possíveis oradores, ou entidades a convidar para o debate, sendo que iriam assumir levar ali uma proposta sobre aquela matéria. -----

Ponto 6 - Relatório de ativação de alarme de incêndio no Fórum Lisboa (doc.5) ----

----- **O Senhor Presidente em exercício** continuou, dizendo que relativamente ao relatório da ativação do alarme de incêndio no Fórum Lisboa circunstanciado, pelo menos ficaram a saber que tudo funcionava nas devidas condições, e que tinham que passar a ter cuidado com os balões. -----

----- A data exibida estava errada, sendo que a data correta era 12 de março. -----

Ponto 7 - Outros Assunto:-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** perguntou quando é que achavam ser adequado fazerem a reunião do Regimento. Não só das propostas que estavam em cima da mesa, como entretanto estavam a ouvir dos diferentes deputados, como também ele próprio tinha propostas para apresentar. -----

----- Disse que, na semana seguinte, dia um de abril, podiam fazer primeiro a Conferência e depois o Regimento. Podiam ajustar as horas. Perguntou se todos achavam bem. -----

----- Referiu que tinha chegado a uma determinada altura, e na sequência da outra reunião, em que tinha achado que seria bom que os deputados que exerciam o mandato como independentes se entendessem entre si. Pôde reparar que não estava a ser fácil e, como tal, passou a ter algumas conversas, sendo que a ideia até à próxima reunião, era de conversarem entre todos, com as diferentes forças políticas, sobre algumas das matérias que estavam em cima da mesa. No fundo, tentarem conseguir ter algumas ideias consensuais. -----

----- Tinham as matérias dos tempos de intervenção, as matérias do exercício dos deputados como independentes, e depois tinham outras matérias mais complexas do direito de iniciativa e dos documentos. -----

----- Disse que a sugestão apresentada pelo Deputado Diogo Moura, tanto para os relatórios, como para as petições, ninguém tinha falado daquilo, só ali na Conferência, e tinham que introduzir qualquer coisa no Regimento no sentido de evitar que as coisas ficassem ali paradas. -----

----- Alertou que tinha mais um ponto para os “outros assuntos”. O regimento já tinha visto. Tratava-se da situação dos deputados nas comissões, mais precisamente, a questão dos deputados independentes nas comissões. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que em relação à Conferência de Representantes que tentassem não ter aqueles horários a meio da tarde porque eram complicados, em termos profissionais. Ou faziam logo a seguir ao almoço, ou antes do almoço, ou então, no final da tarde. Compreendia que pudesse haver questões inadiáveis, mas deixava ali aquele apelo. -----

----- E, depois, no que respeitava ao funcionamento que, por vezes, se verificava nas várias Assembleias de Freguesia e Municipais. -----

----- Geralmente, o Presidente da Mesa dava nota das substituições e dos pedidos de suspensão. Achava que as substituições como eram muitas, não valia a pena dar nota



porque ficavam em ata, mas as suspensões, até porque eram um ponto da ordem de trabalhos, nunca sabiam, porque não era dito pela Mesa, o período de suspensão. No outro dia tinha perguntado qual era o período de suspensão da Senhora Presidente porque desconhecia o mesmo. A suspensão nunca era dita em relação a nenhum deputado. -----

----- Assim, pedia, e achava que não tinha que ser distribuído o ofício do pedido de suspensão mas, pelo menos, no período em que se discutia aquele ponto, que fosse dada nota do período em que a pessoa solicita a suspensão de mandato. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** respondeu que a culpa era sua pois fazia aquilo a correr porque tudo ficava registado em ata, assim como toda a documentação. Tratava-se de um procedimento todo escrito o qual ficava em ata. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** perguntou se era possível voltarem a ter computador com os tempos do lado onde faziam a intervenção. Antes havia e passou a haver só do outro lado. Gostaria só de saber se seria possível repor naquele lado o computador com os tempos disponíveis. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** respondeu que já tinham colocado aquela questão aos serviços. Havia vários deputados a colocar aquela situação, e que perdiam tempo a tentar consultar o tempo que tinham disponível nos écrans, quando se estava a trabalhar com grelhas de tempo mais curtas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que tinha dificuldade com aquele horário. Ou conseguia estar ali muito antes, ou só conseguiria estar um pouco depois do início da sessão, o que lhe criava alguma dificuldade. -----

----- Havia uma outra matéria que já tinha sido ali discutida antes da sua chegada, e que gostaria de perguntar se havia hipótese de visitar só para que pudesse colocar umas questões que estavam relacionadas com a mesma.-----

----- Uma outra questão era a que estava relacionada com as alterações que importava compreender, e achava ser muito importante que pudessem ter uma conversa franca sobre aquela matéria sob pena, de facto, de estarem, em determinado momento, a perpetuarem situações que não traduziam a realidade do modelo de funcionamento da Assembleia, nomeadamente, no que dizia respeito ao funcionamento dos deputados municipais em situação de independentes. E tendo em conta que tinha aquela situação de discrepância, sendo que tinham que resolver aquilo rapidamente sob pena de se perpetuar um pouco, às vezes, à portuguesa em que o temporário, com o tempo, tornar-se-ia definitivo, e chegando ao fim do mandato e, ainda, não tinham resolvido aquela situação, era uma situação a ser evitada até para impedir que os deputados que exerciam o seu mandato como independentes estivessem numa situação diferente da dos restantes deputados municipais, por vezes prejudicados, e até, por outro lado, com condições que os outros deputados não tinham. -----

----- Assim, era necessário conseguir ali um equilíbrio para evitar perpetuar aquela situação. -----

----- Uma sugestão relativamente ao funcionamento do relógio, no cronómetro, e contra si falava, era se seria possível não parar o relógio quando o tempo chegava ao zero porque



já tinha reparado que era possível o mesmo continuar para tempos negativos, pelo que achava ser importante deixar o tempo correr para negativo e só fosse parado quando o deputado terminasse a sua intervenção para que os deputados tivessem a noção das vezes em que prejudicavam e dificultavam o trabalho ao Senhor Presidente da Mesa. E tinha ficado mais ciente daquela situação na última sessão de debate temático, em que tinha compreendido, de facto, que o Senhor Presidente da Mesa fazia um exercício invejável em muitas circunstâncias e de enorme tolerância, e que às vezes não era reconhecido pelas forças políticas quando o pressionavam. E não querendo continuar tal injustiça, apelava a que o cronómetro pudesse continuar a contar para tempos negativos para que pudessem saudar o Senhor Presidente, no final, pela enorme tolerância que vai tendo com as forças políticas e deputados municipais independentes, relativamente aos tempos que lhes estavam atribuídos. -----

----- Não era no sentido de pressionar a Mesa, pois via a Mesa a intervir, a alertar os deputados municipais e mesmo, a Câmara, de que o tempo estava esgotado. Disse que se comesse a ver a vermelho números negativos a aparecer já com uma incidência muito grande, provavelmente, diria ao Senhor Presidente de Mesa, mesmo que fosse um deputado do PSD, que fizesse o favor de tirar a palavra ao respetivo porque era uma vergonha estar a exceder largamente os tempos que estavam definidos. -----

----- Por isso, dizia que contra a si falava, mas era uma forma de compreenderem o esforço que era empreendido pela Mesa no âmbito de conseguir assegurar a normal condução dos trabalhos, nomeadamente, o respeito integral pelos tempos que estavam definidos no âmbito do próprio Regimento da Assembleia Municipal. E, também, uma reflexão profunda de que, no futuro, faria sentido, por exemplo, existiam pontos em que era utilizada a grelha base e poderia fazer sentido utilizar outras grelhas. -----

----- Concluiu dizendo que deixava a questão das comissões para o momento em que o Senhor Presidente introduzisse o tema. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que iria abordar uma questão que o CDS-PP já tinha levantado por *email*, e gostaria de dar as seguintes notas: -----

----- Em relação à máquina de filmar que se encontrava no palco, no momento em que fazia planos de toda a sala, o Grupo Municipal do CDS-PP ficava sempre de fora. Já tinha havido um ajuste mas que, entretanto, tinha-se levantado outro problema. Quando a Câmara captava a imagem de um deputado no decorrer da sua intervenção, diretamente do seu lugar, do lugar da sua bancada, a senhora da linguagem gestual surgia praticamente em cima da imagem do deputado que estava a intervir. -----

----- Sobre aquele assunto, já tinha apresentado a sua sugestão, que a imagem da senhora da linguagem gestual passasse para o canto superior direito. Gostaria de ver, assim, aquele assunto resolvido. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** referiu que relativamente à hora em que se estava a realizar aquela reunião, o que tinham combinado era às duas horas e trinta minutos, e gostaria de perceber se seria às duas horas e trinta minutos, ou



não, porque mais tarde criava problemas de agenda ao BE. Gostaria de ver confirmada aquela questão. -----

----- Relativamente às questões levantadas dos deputados independentes, achava que no grupo do regimento poderiam falar sobre aquilo, novamente, até para perceberem quais tinham sido as conversas que o Senhor Presidente tinha tido relativamente àquele assunto.

----- Sobre a questão da proposta apresentada pelo PSD, sobre o tempo negativo, concordava com a mesma. -----

----- Ressalvou que relativamente aos horários das Assembleias Municipais, que as mesmas estavam marcadas para as três da tarde, e que nos últimos meses nunca começavam às três da tarde o que dificultava a vida a quem tinha de andar de um lado para o outro para poder estar presente às três da tarde sendo que, depois, ficava à espera do início da sessão que começava na maioria dos casos às três horas e trinta minutos, ou três horas e quarenta minutos. Se era para começar às três horas e trinta minutos que a sessão fosse então marcada para essa hora. -----

----- Concluiu que estava sempre na sala de plenário às três horas, e que para quem estava sempre a horas, tal atraso do início das sessões fazia muita diferença. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** respondeu que se todos concordassem poderia dar início à sessão sem quórum, sendo que os deputados iam chegando. -----

----- Informou que o procedimento era que só iniciavam quando os serviços davam indicação da existência de quórum. Se não havia logo quórum passados cinco, ou dez minutos, havia. Mas se entendessem todos ali que iniciar-se-ia a sessão mesmo sem quórum, sendo que o mesmo se verificaria à medida que os deputados chegassem, por si tudo bem. Só entrariam nas propostas, nas deliberações quando efetivamente houvesse quórum. Mas como tinham alargado o período de intervenção do público, quer em termos de inscrição, quer em termos de tempo de intervenção, achava que poderiam, daquela forma, ganhar bastante tempo se iniciassem logo os trabalhos. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** declarou que relativamente àquele assunto a sua proposta não era que se pudesse iniciar os trabalhos sem quórum. Era deixar ali a nota de que todos os grupos municipais pudessem fazer aquele apelo e aquele alerta, porque não lhe parecia bem que o público fosse ali falar para um número mínimo de deputados que estivessem presentes. -----

----- Assim, o apelo que fazia era que todos estivessem presentes às três da tarde, hora de início dos trabalhos. Se era para chegarem mais tarde, então que fosse marcada uma outra hora para início da sessão. Era só aquele o seu apelo. Não era nenhuma alteração aquilo que propunha. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que as sessões deveriam ter início sempre com o quórum, pelo respeito pelo público. -----

----- Em relação ao tempo negativo, pessoalmente, estava de acordo que o mesmo fosse contabilizado porque, por vezes, haviam situações de abuso. -----

----- Gostaria, também, que as reuniões da Conferência de Representantes continuassem a ser às catorze horas e trinta minutos. -----



----- Em relação à questão da revisão do regimento, e em relação às reuniões que o Senhor Presidente tinha tido com os independentes, referiu que deveriam começar os trabalhos da revisão no Grupo de Trabalho com uma ideia clara e uma informação clara do que é que estava, ou o que não estava, para que pudessem ter uma base para começarem.-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** respondeu que a sua ideia era falar com todos para depois apresentar uma proposta que permitisse quebrar o impasse. Quanto mais não fosse para não estarem, sucessivamente, a repetirem-se sobre os mesmos temas. -----

----- Realçou que tinham condições para fazê-lo, pelo menos parte. O seu objetivo era tentar. Faziam a Conferência de Representantes às duas e meia, e pelas três e meia iria reunir o Grupo de Trabalho do Regimento. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que, ainda que não tenha sido a proposta do BE, achava que com a exceção das sessões onde o público intervinha, e achava que era uma questão de princípio poderem oferecer ao público a dignidade que entendia ser o quórum da própria Assembleia Municipal para ouvirem as preocupações que traziam. Mas as outras sessões, em que não houvesse público, poderiam ter início às quinze horas. -----

----- Tinha-se apercebido que se começava a instalar a ideia de que nunca começavam às quinze horas, portanto, não valia a pena chegar às quinze horas. -----

----- Aquela situação não era responsabilidade do Senhor Presidente. -----

----- Disse que fruto de um conjunto de circunstâncias, aliás, tinham ali visto o relatório sobre a intervenção do Regimento de Sapadores de Bombeiros, e recordou que naquele dia os comentários eram precisamente pelo facto de nunca começar às quinze horas. -----

----- Não deviam de penalizar a população quando a mesma se dirigia à Assembleia, pelo que deviam de manter o início dos trabalhos àquela hora. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** referiu que em relação aos horários, deveria de haver uma sensibilização para que os grupos municipais, os deputados municipais, cumprissem os horários. Entendia que aquela solução era a mais adequada, evitando a penalização de alguma forma em relação ao público, pois havia uma dignidade de toda a Assembleia e, até mesmo, um formalismo que não devia de ser alheio, muito menos quando as pessoas se dirigiam ali na expectativa de serem ouvidas. -----

----- Em relação à discussão do regimento, e sem prejuízo de falarem da questão das comissões, disse que existindo algum entendimento por parte de quem exercia o mandato enquanto independente, não podiam esquecer que havia ali alguma latitude, bastante latitude e flexibilidade de interpretação do regimento e à forma de participação dos diferentes grupos, ou dos diferentes independentes que exerciam o seu mandato daquela forma, pelo que teria que haver uma análise jurídica muito mais profunda do que dizia a lei e o próprio regimento, para que não houvesse ali uma amplitude, ou uma flexibilidade, que pudesse de alguma forma estar a ir mais além daquilo que era o espírito da lei e do próprio regimento. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)** referiu que era só para dar uma nota positiva. Na sua avaliação tinham sido feitos bons progressos nas últimas



reuniões, pelo que achava que na próxima semana seria possível encontrar-se uma solução consensual e razoável para uma intervenção equitativa dos deputados que exerciam o mandato como independentes na Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que sobre a matéria das comissões, aquela não era matéria de regimento. O que sempre tinha acontecido era que a situação era conversada em sede de Conferência de Representantes, seguindo-se uma deliberação no plenário que, até à data, era sempre subscrita por todos os membros da Conferência de Representantes, e não falava apenas daquele mandato, falava, igualmente, de mandatos anteriores. -----

----- Disse que quando o Senhor Deputado Municipal Rui Costa tinha deixado o Grupo Municipal do BE e passou a exercer o mandato como independente, a Conferência de Representantes, na altura, tinha entendido que o BE deveria perder um lugar numa comissão, e que era o BE a indicar o lugar que prescindia, sendo que o mesmo seria atribuído ao deputado que exercia o mandato como independente. Foi o que foi feito, e foi o que foi ajustado em termos de deliberação do plenário. E a cedência do tempo. Mas só estava a falar das comissões. -----

----- Confessou que não tinha ido ver o registo das votações em plenário daquela matéria, mas o facto era que o Deputado Municipal Rui Costa não aceitou tomar posse naquela comissão, que era a 4ª Comissão Permanente, tendo o lugar permanecido vago. -----

----- Tinham revisitado, ali, o tema. -----

----- A Conferência de Representantes numa primeira abordagem tinha manifestado a ideia do paralelismo da mesma situação e, portanto, que o PSD deveria perder um lugar numa das comissões. -----

----- O Senhor Deputado Luís Newton, no âmbito das conversas que tinham sido realizadas com vários deputados e forças políticas de matérias de regimento, já lhe tinha transmitido qual era a indicação do PSD. E, ao mesmo tempo, também colocou a questão se a Conferência de Representantes entendesse outra coisa, o PSD no seu devido tempo se pronunciaria. Mas mantendo aquilo que era a posição anterior, já lhe tinha transmitido qual seria a comissão em que estaria disponível para abdicar de um lugar. Tratava-se da 2ª Comissão Permanente. Ficava, então, um lugar na 2ª Comissão Permanente e na 4ª Comissão Permanente. -----

----- Acontecia que os dois Deputados Municipais, Rui Costa e Rodrigo Mello Gonçalves e também na sequência das conversas que tinham tido, sinalizaram três comissões de modo a que se pudesse chegar a um consenso. Cada um dos referidos deputados indicou três comissões. E nem a 2ª Comissão, nem a 4ª Comissão tinham sido indicadas. -----

----- Assim, perguntou se valia a pena tentar algum tipo de consenso? Ou se os Senhores Representantes assumiam no todo, ou em parte, a apresentação de uma proposta ao plenário que alterasse as comissões naquele sentido. Ou seja, apresentarem uma proposta em que saía um lugar do PSD da 2ª Comissão Permanente e era atribuído a um Deputado Municipal Independente, sendo que depois os deputados eram oficiados, se sim, se não? --



----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** respondeu que a sua posição era a mesma aquando do caso do deputado que tinha saído do BE. Pensava que não havia motivo algum para que se optasse por um procedimento diverso.-----

----- O PS não tinha previsão porque aquela condição, aquelas saídas dos grupos, em que se tinha sido eleito era uma questão diferente e menos previsível que a situação dos anteriores independentes porque aqueles sabia-se que eram independentes eleitos embora numa determinada lista partidária. Naquele caso era um pouco imprevisível e, portanto, tinham que haver um método que funcionasse, que fosse ‘cego’ no que respeitava à pessoa em concreto.-----

----- Referiu que aquele método que tinha sido adotado parecia-lhe um método ‘cego’, independentemente da força partidária, era o mais claro.-----

----- Poder-se-ia dizer que os deputados não gostavam daquelas comissões, mas isso também acontecia com alguns deputados do seu grupo, que também não gostavam da comissão da qual faziam parte. Provavelmente, todos gostariam de estar na 1ª Comissão Permanente. Ele próprio não estava na 1ª Comissão e era líder de bancada. Admitia que houvesse preferências. Os grupos grandes estavam muito comprimidos nas suas opções pelas circunstâncias de não poderem estar todos em todas as comissões.-----

----- Defendeu que se mantivesse o procedimento que tinha já sido adotado.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** referiu que era uma questão de coerência do ponto de vista daquela que era a posição que o PSD tinha apresentado. Não podiam apresentar uma posição diferente daquela que tinha apresentado no caso do deputado que não era do Partido Social Democrata, relativamente àquela que envolvia um deputado que tinha saído do PSD, sob pena no limite estarem a pretender advogar em causa própria. Diria que limitavam-se em seguir o modelo que estava estabelecido e que tinham entendido, na altura, todos, que seria o modelo vigente. Ninguém adivinhava uma hecatombe de decisões, de ‘engrossar’ a lista de deputados independentes. Os próprios, também, já começavam a ficar preocupados porque já começava a ficar complicado de gerir.-----

----- Mas havia questões que entendiam merecer uma séria reflexão.-----

----- Havia uma questão que tinha ficado sem compreender muito bem. Compreendia no âmbito do funcionamento do plenário, não compreendia e nem tinha tentado obter esclarecimentos, e por isso perguntava, no âmbito das comissões, na ausência da comissão do deputado que estava nas listas do PSD, daquela comissão, quem é que o substituíra, perguntou. Era uma questão que gostaria de obter uma resposta porque tinha ficado com a impressão que faltando consecutivamente o Deputado Rui Costa, aliás, em bom rigor, aquele nunca tinha chegado a assumir, não tinha tomado posse, o que significava que a 4ª Comissão, a qual presidia, ficava deprimido pelo facto de saber que nenhum dos deputados independentes tinha entendido aquela comissão como uma comissão estratégica, mas a verdade era que na ausência o mesmo teria que ser substituído para que não ficassem diminuídos no que respeitava à composição da própria comissão.-----



----- Assim, a questão que colocava aos serviços era, naquelas situações, tanto no caso de o próprio tomar posse mas faltar, como no caso de nunca ter tomado posse, quem o substituiria? Era como na Assembleia Municipal, seria o PSD a indicar, ou o BE, uma vez que tinha sido eleito naquelas listas? Ou tinha passado a ser um lugar vazio?-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** referiu que o entendimento do PCP era que as forças políticas tinham o direito e a prioridade nas comissões que integravam. Se o faziam a seguir à eleição, era uma questão, e era ali que as coisas deveriam afirmar-se, na cedência do lugar 'x' que o respetivo grupo entendesse. Quem saísse daquele princípio seria corroer mais a situação.-----

----- Depois, na ausência do deputado independente que estava numa comissão, aquele deputado independente não tinha substituição possível uma vez que ele era único, era uma unidade. Se fosse substituído, sê-lo-ia erradamente uma vez que se tratava de um deputado independente o qual não tinha substituição.-----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse, com base no regimento, que não era impeditivo do funcionamento das comissões o facto de algum grupo municipal não querer, ou não poder, indicar representantes.-----

----- Disse também, com base no regimento, que os grupos municipais e os deputados municipais que exerciam o seu mandato como independentes podiam, quando julgassem conveniente, proceder à substituição dos membros efetivos, ou suplentes, que indicassem. O que, depois, os levaria longe naquela discussão.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** referiu que, à semelhança do que tinha acontecido com o BE, deveriam manter o mesmo sentido independentemente de qual fosse a escolha ideal do deputado que passava a exercer o mandato como independente, até porque poderiam ter situações idênticas no futuro próximo, portanto, convinha ter uma linha de raciocínio coerente. Embora fosse questões distintas porque o BE perdia a sua representação numa comissão, e o PSD não, porque tinha mais do que uma, mas achava que o partido é que deveria ter a decisão final de que comissão pretendia prescindir para dar ao deputado independente.-----

----- Julgava que não tinham que tomar logo, ali, uma decisão porque não a tinham tomado até à data, e porque na próxima semana poderia ser que houvesse uma solução miraculosa por parte dos independentes com que as forças políticas concordassem, e que incluísse as comissões.-----

----- Relativamente às substituições, disse que tinha ido ver as folhas de presenças das comissões de todos os deputados independentes, dos oito iniciais os mesmos tinham um deputado suplente o qual pertencia àquele grupo de independentes. Portanto, das duas uma, ou fazia sentido que que todos os deputados independentes tivessem um deputado suplente, o Deputado Rui Costa seria substituído pelo Deputado Rodrigo Mello Gonçalves e vice-versa, mas entre os dez decidiriam, ou então ninguém poderia fazer-se substituir.-----

----- Alertou que andavam há mais de um ano a aceitar que os deputados indicados pelos Cidadãos por Lisboa se fizessem substituir.-----



----- Depois, o que acontecia no plenário, e achava que acontecia o mesmo que na Câmara, o acordo entre o PS e os Cidadãos por Lisboa, portanto, sempre que um deputado independente indicado pelos Cidadãos por Lisboa, e também os do Livre, não podia vir, vinha um suplente, passavam vários que não podiam vir, e vinha um suplente indicado pelos Cidadãos por Lisboa, ou pelo Livre.-----

----- No caso dos Deputados Rui Costa e Rodrigo Mello Gonçalves, tal não fazia sentido, pelo que seriam substituídos pela ordem dos partidos pelos quais foram eleitos. Parecia-lhe aquela situação bastante clara que assim fosse.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** referiu que relativamente àquela matéria a Conferência de Representantes tinha de seguir o mesmo método que tinha seguido no caso do Deputado Rui Costa.-----

----- Sobre a questão das Comissões, a verdade era que conjugava de certa forma, um pouco, questões de regimento porque cada deputado municipal tinha um limite máximo de comissões onde podia estar. Portanto, no caso do BE ficaram com três deputados municipais sendo que seria impossível, pelo regimento, ficarem, também, com mais uma comissão. E, portanto, naturalmente teriam que abdicar de uma comissão.-----

----- Não sabia se no caso do Grupo Municipal do PSD se aplicaria, ou não, mas poderia por aquelas contas do número total de deputados municipais do PSD não se aplicar aquilo porque conseguiriam, cada um ter até ao limite máximo o número de comissões que cada deputado municipal poderia ter. E o que estava a referir era regimento.-----

----- Achava que teria de haver uma conjugação equilibrada daquilo que tinha sido a decisão anterior que tinha jogado com aquela questão, também, mas obviamente, que os deputados que passassem a independentes, o grupo municipal é que decidiria, dentro do seu trabalho e da sua organização, qual é que seria a comissão que precisava de abdicar porque não poderia ficar com mais aquela comissão porque tinham sido feitos os cálculos pelo método de *bondt* e o número de deputados que calhava a cada comissão, e portanto, o grupo municipal é que faria aquela avaliação política, e não o deputado que tinha saído do grupo municipal. E se depois entrava, ou não, tomava posse, ou não, isso seria problema de cada deputado municipal.-----

----- A metodologia assumida anteriormente, deve ser mantida sem prejuízo, em regimento, poderem olhar para aquilo com mais atenção.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** referiu que a Conferência de Representantes deveria de seguir o mesmo procedimento que tinha seguido com a situação ocorrida com o BE, com o Deputado Rui Costa, até porque na eventualidade de poderem vir a ter novas situações, no futuro, não convinha que tivessem um, dois, três procedimentos distintos, sendo de manter o mesmo procedimento, sempre.-----

----- O PEV concordava que deveria ser o grupo municipal, o qual já tinha escolhido no início do mandato quais as comissões a que os seus membros iriam pertencer, a escolher a comissão que pretendiam abdicar.-----

----- Em relação à questão da substituição dos deputados que exerciam o mandato como independentes que poderiam não ser substituídos nas comissões, achava que teriam que



ver com mais atenção aquela questão no regimento, mas que tinham o entendimento de que, à partida não poderiam fazer a substituição. No entanto, era um assunto que teria que ser visto com mais atenção na próxima reunião do regimento. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** referiu que se prejuízo de haver ali uma situação idêntica à que tinha sido adotada para o BE aquando da saída do Senhor Deputado Rui Costa, obviamente, até por uma questão de coerência de procedimentos, inevitavelmente, em sede do Grupo de Trabalho do Regimento iriam ter de visitar aquela questão das comissões sob pena de estarem a aplicar critérios que no fundo pudessem alargar a participação do conjunto de cidadãos que exerciam o seu mandato como independentes e o acesso às comissões, até em detrimento de forças políticas eleitas diretamente, como o PAN e o PEV, que naquele momento só poderiam participar em seis comissões, e não em oito, e o conjunto dos deputados independentes participarem em todas as comissões, portanto, poderiam chegar ao absurdo de no ridículo terem aquelas circunstâncias. -----

----- O PAN entendia que não poderiam descurar tal situação, com todo o respeito que tinham para com os colegas que exerciam o seu mandato daquela forma, não poderiam, enquanto eleitos, descurar aquele assunto e a par, obviamente, de discutir a questão da substituição que lhe parecia desde logo, que existiam ali circunstâncias diferentes, ou seja, aqueles que tinham sido eleitos, em conjunto, com o PS, por exemplo, poderiam ter que supletivamente até subir suplentes, não como independentes, ou até mesmo, do próprio PS, ou PSD, e por adiante, até no próprio PCP aplicar-se o mesmo critério porque havia uma lista que era composta, portanto, era aquela que por natureza deveria ser seguida. No caso dos independentes não haveria substituição. -----

----- Achava que havia ali uma questão que não podiam continuar a ignorar que era o facto de, naquele momento, o PAN e o PEV não poderem participar em todas as comissões, e já na altura terem vincado aquela questão, ao PAN não fazia qualquer sentido estarem a discutir de forma séria aquela questão, permitindo a uns que participem e a outros não, sobretudo aqueles que foram eleitos diretamente, como o PAN e o PEV.--

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Hall Beauvink (PPM)** referiu que concordava com o que a Deputada Inês Real tinha dito. -----

----- Acrescentou que não só o PAN e o PEV, também o MPT e o PPM estavam todos em igual situação. Pelo que subscrevia tudo o que aquela deputada tinha sido dito, anteriormente.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)** referiu que havia ali algumas questões que no seu entender eram um pouco prematuras, antes de terem oportunidade de verem ali a proposta que a Mesa iria apresentar sobre todas aquelas questões, a qual tinha vindo a ser preparada e que o Senhor Presidente em exercício tinha anunciado que iria apresentar, brevemente.-----

----- Em qualquer dos casos, disse que gostaria, em termos de reflexão pessoal, filosofia política, dizer que o sistema eleitoral era baseado nas eleições por lista, portanto, não



estavam num regime político eleitoral de eleições uninominais em que os independentes estavam em pé de igualdade uns com os outros. -----

----- Portanto, quando eram propostas listas para concorrerem às eleições tinha havido, no caso concreto da Assembleia Municipal de Lisboa, a lista do Partido Socialista que tinha acolhido dois conjuntos de deputados que, à partida, se tinham assumido como independentes que tinham celebrado em termos dos seus diretórios acordos com o Partido Socialista, e que eram fiéis, e falava por aquele de que fazia parte, e tinham sido fiéis aos compromissos que tinham sido assumidos. -----

----- Os direitos e deveres que cabiam às partes tinham sido aqueles que estavam previstos desde o início. -----

----- Portanto, seria aberrante que ao longo do mandato pessoas que se destacavam dos partidos pelos quais legitimamente tinham sido eleitos, viessem a adquirir direitos superiores e diferentes àqueles que tinham quando eram partes integrantes de coligações, ou de listas, de que tinham feito parte. -----

----- Assim, referiu que o Movimento de Cidadãos por Lisboa estaria em divergência face àquela situação. -----

----- Evidentemente, no esforço de consenso que estavam a praticar e que achava que as coisas estavam bem encaminhadas, pelo que estava convencido de que iriam encontrar uma solução, em sede de Conferência de Representantes, que fosse equitativa e que respeitasse aquela realidade do sistema eleitoral. -----

----- Esperava que houvesse um entendimento a curto prazo. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Mesa Virgínia Estorninho (PSD)** referiu que sobre aquela questão dos independentes, teriam que distinguir realmente aqueles que eram na verdade, independentes, eleitos numa lista, mas que eram independentes, que sempre tinham sido considerados independentes. -----

----- Disse que o seu entendimento era que aqueles que se tinham tornado independentes, que tinham saído de um partido, tinham de sair de tudo, não tinham direito a nada. -----

----- Só mediante um grande consenso, é que poderia ter acesso a uma comissão, das que menos reunia, e não a comissão que pudesse mostrar interesse. -----

----- Concluiu com uma nota de que a pessoa ao candidatar-se por um partido, teria de ser fiel àquele partido. -----

----- Disse que os Cidadãos por Lisboa comportavam-se como o Partido Socialista. -----

----- Se pretendiam ser independentes que se candidatassem enquanto tal. -----

----- Discordava daquela situação, daqueles que saiam do partido e que pretendiam continuar, quer no plenário, tirando o lugar a um deputado do partido, quer nas comissões. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que iriam tentar delinear uma proposta, não iriam decidir naquele momento, mas iriam começar a preparar a deliberação ao plenário no sentido de que a Conferência unanimemente tinha decidido manter aquilo que já tinha sido a avaliação aquando da primeira situação e que devia de manter o critério até ao final do mandato. -----



----- Concluiu, dizendo que o Deputado Luís Newton pretendia visitar era a questão de que ao PSD não dava muito jeito o que tinham estado a tratar, e que se prendia com a realização da informação escrita no dia trinta de março.-----

----- Para dia trinta também já estavam agendadas as contas.-----

----- Iriam ver a questão do agendamento com o gabinete, e revisitariam aquele assunto na próxima Conferência de Representantes.-----

----- **Durante a reunião** foram distribuídos os seguintes documentos que se anexam à presente ata e dela fazem parte integrante:-----

----- Doc 1 – Preparação da reunião plenária de 26.03.2019.-----

----- Doc 2 - Lista de matérias e assuntos pendentes.-----

----- Doc 3 – Atualização do Calendário.-----

----- Doc 4 – Proposta do GM PSD – Debate Temático sobre o combate à pobreza e a estratégia de redução da população sem-abrigo.-----

----- Doc 5 - Relatório de ativação de alarme de incêndio no Fórum Lisboa.-----

----- Nada mais havendo a acrescentar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa em exercício deu por encerrada a reunião pelas dezoito horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pelos membros que compõem a Mesa.-----

O Presidente em exercício _____

A Primeira Secretária em Exercício _____

A Segunda Secretária _____